



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Comunicação e Cultura.

SERVIÇO SOCIAL E COMUNICAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA RADIOFÔNICO ‘SOCIAL EM QUESTÃO’

Eliana Mourgues Cogoy¹
Juliana Matias da Silva²
Caroline Silva da Silva³
Suyane Campos Perez⁴
Sidimar Ferreira Dutra⁵

Resumo: Este trabalho aborda o relato de experiência do programa radiofônico “Social em Questão”. Trata-se de uma importante ferramenta de informação e debate sobre direitos humanos e sociais, veiculado semanalmente nas rádios 800AM e UniFM 107.9. Os resultados apontam que o acesso à informação dá-se partir de temáticas sociais, materializando-se por meio da relação entre serviço social e comunicação.

Palavras-chave: Serviço Social; Comunicação; Direitos Sociais.

Abstract: This paper approaches the experience report of the radio program "Social em Questão". It is an important information and debate tool on human and social rights, broadcast weekly on the 800AM and UniFM 107.9 radios. The results show that access to information is based on social issues, materializing through the relationship between social service and communication.

Keywords: Social Service; Communication; Social rights.

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o relato de experiência do programa radiofônico “Social em Questão”. O programa consiste numa importante ferramenta de informação e debate sobre os direitos humanos e sociais, veiculado semanalmente nas rádios 800AM e UniFM 107.9. Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: primeiramente, apresentam-se algumas importantes considerações sobre Serviço Social e Comunicação. A seguir, são oferecidas reflexões relacionadas aos aspectos teóricos sobre o rádio. Posteriormente, apresentam-se o relato de experiência sobre o programa Social em Questão, contemplando dados relativos ao período de 2018/2019, os quais apontam que o acesso à informação dá-se partir de temáticas sociais

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Maria, E-mail: elianacogoy@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal de Santa Maria, E-mail: elianacogoy@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Santa Maria, E-mail: elianacogoy@gmail.com.

⁴ Profissional de Serviço Social, Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social, E-mail: elianacogoy@gmail.com.

⁵ Profissional de Serviço Social, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social, E-mail: elianacogoy@gmail.com.

de âmbito local e regional, materializando-se por meio da relação entre serviço social e comunicação. Por fim, são tecidas as considerações finais sobre este trabalho.

2. Serviço Social e Comunicação

O presente trabalho expressa a relação entre Serviço Social e Comunicação como fator relevante tanto no âmbito da formação quanto no trabalho profissional do/a assistente social, estando atento à defesa intransigente dos direitos humanos. Neste sentido, está em consonância com o Código de Ética profissional do/a assistente social e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na compreensão de que todo o ser humano tem direito a receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Considera-se a informação como uma ferramenta de trabalho profissional do/a assistente social, que segundo o Código de Ética do/a assistente social constitui um dever do/a assistente social com os/as seus/suas usuários/as, no qual estabelece que:

[...] garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as; democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as [...]; devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as [...]; informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes [...]. (CFESS, 2012, p.30)

Desta forma, o/a Assistente Social por meio da comunicação tem a função pedagógica de fazer com que a informação chegue a todos de forma democrática. Ao mesmo tempo em que possibilita socializar inúmeras formas de se comunicar, ou seja, promove a informação acessível à todos, por meio do conhecimento e da linguagem, e viabiliza a percepção de modos de vida das pessoas, para fins de planejamento das suas intervenções.

Figueiredo (2009), destaca que o/a assistente social, precisa estar alerta às informações repassadas à sociedade, visto que se encontra na condição de educador político, ou seja, assume o papel de esclarecer para a sociedade a função das políticas públicas. Neste sentido, a comunicação passa a ser entendida enquanto um direito, determinado no artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988 (BRASIL, 1988).

[...] o Serviço Social também deve cada vez mais adentrar nesse mundo midiático, ocupar espaços de formação e construção coletiva daquilo que deve ser um bem da sociedade, como é a comunicação, mesmo que essa seja uma luta bastante árdua no que se refere à questão da abertura de espaços para temáticas diferentes das abordadas nos dias atuais nas grandes emissoras de rádio, televisão e sites de empresas ou organizações. (COGOY e SOARES, 2018, p. 73)

Para as autoras, esta aproximação entre o Serviço Social e a Comunicação se apresenta como um desafio na análise da importância e das contradições dos meios de comunicação na sociedade contemporânea. Reside neste debate a necessidade de construir ferramentas que incidam na realidade social que possam potencializar o debate ao encontro dos direitos sociais, como, por exemplo, o debate sobre a democratização da mídia.

3. Aspectos teóricos sobre o rádio

O advento do rádio no Brasil traz elementos fundamentais para a discussão do acesso à informação a partir dos meios de comunicação e disseminação em massa sobre os mais variados assuntos. O processo sócio-histórico no qual o rádio se insere no Brasil é permeado por intencionalidades, principalmente advindas das elites brasileiras, como era o caso de Roquette Pinto, que tinha como objetivo “um projeto de rádio educador, em que todas as pessoas poderiam usufruir deste meio de comunicação” (SOARES, 2015, p. 10).

Identifica-se muitas contradições na difusão do rádio no contexto brasileiro. O desenvolvimento do rádio poderia possibilitar a divulgação da informação para todas as classes sociais, principalmente para a classe trabalhadora, que na década de 1920 possuía um alto índice de analfabetismo. Porém, adquirir um aparelho radiofônico na época não era para todos, já que o acesso ao rádio era restrito para aqueles que poderiam pagar por seu alto valor.

Assim, o rádio inicia sua história ainda de maneira rudimentar no Brasil, mas com o tempo vai apresentando suas potencialidades tanto para a classe trabalhadora, quanto para os interesses das elites brasileiras, especialmente no que se refere ao caráter comercial do Rádio.

Na década de 1930, o rádio começa a ganhar uma nova forma, onde assume uma perspectiva comercial e de interesse do mercado, que se utiliza desta ferramenta como um meio para atrair consumidores. Segundo Ortriwano (1985) essa nova forma foi garantida através de decretos que autorizava a propaganda na época, e nesse percurso o rádio foi perdendo seu caráter educador e erudito, adquirindo caráter comercial.

Esse caráter comercial que ganhava cada vez mais espaço no rádio fez com que a programação se modernizasse, criando estratégias de sedução dos ouvintes para adquirirem produtos dos anunciantes, paralelamente se construindo enquanto um disseminador de ideias, discursos e posicionamentos. Logo, verifica-se que o rádio no decorrer do percurso foi se complexificando e também atingindo um número maior de ouvintes. Um exemplo deste perfil do rádio encontra-se no primeiro governo da Era Vargas, em 1930, em que o Presidente Getúlio Vargas aparece como um dos grandes entusiastas do rádio, por compreender a potencialidade do meio. O exemplo mais emblemático, fora os decretos e a ampliação do acesso ao meio radiofônico que acontecem neste governo, é o programa “A Hora do Brasil”, que atualmente se chama “A Voz do Brasil”.

Com a criação da “A Hora do Brasil” no governo de Getúlio Vargas nos anos de 1935, criou-se um mecanismo de comunicação pública entre o Governo e a sociedade. É importante ressaltar que essa estratégia comunicacional é permeada por interesses da própria gestão que buscou, na época, evidenciar as ações do governo por meio de um conteúdo informativo sobre as políticas governamentais e tinha a finalidade de enaltecer o Estado.

O sistema político do Brasil, nesta época, era o ditatorial e a veiculação do programa a “Hora do Brasil” passou a ser obrigatória em todas as emissoras. Mesmo com caráter rígido perante a sua programação, a “Hora do Brasil” não foi extinta pelos presidentes que vieram após Getúlio, pois os sucessores perceberam a importância da informação frente aos projetos e conquistas governamentais por meio do programa a “Hora do Brasil”.

Para compreender a importância do rádio na garantia do acesso à informação apresentamos Deus (2017) que destaca o rádio enquanto uma ferramenta de mediação, espaço de participação pública e de exercício da cidadania. A autora também ressalta que esse meio de comunicação é um dispositivo de disputa de discursos e pressão popular.

Verifica-se que a lógica privada dos meios de comunicação atravessa e domina a comunicação no país. Essa condição foi construída historicamente, tanto que Gørgen (2009) trata sobre esse processo apontando que na Ditadura Militar iniciou-se a regulamentação, na condição de defender que o rádio e a televisão seriam os meios “[...] estratégicos para a manutenção da coesão social” (GÖRGEN, 2009, p. 70), com viés nacionalista e educativo, e esse viés tem como lógica a produção e reprodução do capital, trazendo a manutenção do *status quo*.

No contexto atual, os meios de comunicação tradicionais que são as rádios comerciais, estão inseridas em sistemas de oligopólio dos meios de comunicação. Sales

(2011, p. 46) refere que “[...] os meios de comunicação integram conglomerados econômicos nacionais e multinacionais”. Marinoni (2015) em seus estudos relata a realidade das emissoras privadas com concessão pública no Brasil e ressalta que a comunicação social no Brasil é um bem público, mas que está subordinada e diretamente ligada “[...] à hipertrofia da lógica privada no setor de radiodifusão” (2015, p. 01).

Para elucidar sobre o movimento dialético e contraditório dos interesses do capital e da disputa da classe trabalhadora no âmbito da comunicação, destacam-se as mídias alternativas que também estão inseridas:

[...] no modo de produção contemporâneo – capitalista – e nas conjunturas políticas, sociais e culturais de cada momento histórico, e o questionamento constante que difunde a respeito desse modo de produção ou a essas conjunturas não faz com que, em alguma medida, também não esteja submetida a determinadas lógicas centrais presentes (HAUBRICH, 2017, p. 30).

Na lógica de pensarmos caminhos de fortalecimento da classe trabalhadora, de mobilização e de crítica ao pensamento único, propomo-nos a pensar as mídias alternativas nesse processo. Neste caso, as rádios comunitárias podem ser um instrumento de informação para as comunidades, pois tem como propósito abordar temas como as políticas sociais e os direitos sociais, pensando o processo histórico dessas rádios, e ao mesmo tempo, efetivando o direito à informação enfatizado nas leis de regulamentação das principais políticas sociais no Brasil (SOARES, 2018).

Assim, as rádios comunitárias apresentam-se enquanto meios de comunicação que podem potencializar a disputa da classe trabalhadora na defesa de seus direitos e também possibilita a formação de opinião sobre os mais variados assuntos que vão ao encontro de seus interesses.

Para além das mídias alternativas e das rádios comunitárias, destacam-se as emissoras públicas, principalmente as rádios que integram diversas instituições de ensino federal no Brasil como é o caso da Rádio Universidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Rádio Universidade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A Rádio Universidade da UFSM, objeto desta pesquisa, destaca-se pelo posicionamento político desta emissora que se articula com diversos segmentos dos movimentos sociais, trabalhistas e com a produção de conhecimento.

Soares (2015, p.17) aponta que “no ano de 1968, se iniciou o processo experimental de uma emissora de rádio universitária, a Rádio Universidade 800 AM” em Santa Maria. A

Rádio Universidade da UFSM com o decorrer do tempo ganhou espaço com uma programação cultural, educadora e popular.

Assim, o rádio apresenta as contradições que são oriundas da sociedade capitalista, os debates realizados neste meio de comunicação atingem diretamente a classe trabalhadora, definindo os modos de vida dessa classe, mas também é necessário pensar nas potencialidades, como é o caso da promoção do acesso à informação sobre direitos sociais, das políticas sociais e dos anseios dos diversos movimentos sociais oriundos da classe trabalhadora. Nesse sentido, o Programa Social em Questão é uma proposta que traz conteúdos que estão diretamente relacionados com o projeto ético-político do Serviço Social.

4.O Programa Social em Questão

Produzido pelo curso de graduação de Serviço Social e a Rádio Universidade, ambos vinculados à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), cria-se em 2015 o Social em Questão, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Mídia, Cultura e Questão Social (NEPMQS). O Social em Questão é um programa radiofônico que objetiva debater a sociedade democrática e a justiça social trazendo as mais diversas temáticas como: acessibilidade, assistência social, comunicação, cultura, gerontologia, infância e adolescência, mobilidade urbana, mídia, movimentos sociais, política, saúde, Serviço Social, violência, terceiro setor, meio ambiente, dentre outras, no âmbito acadêmico e pertinentes a região de Santa Maria.

Com o objetivo de desenvolver assuntos contemporâneos e de acordo com as frentes colocadas pela categoria, o programa apresenta-se como mais uma forma de possibilitar o acesso à informação dos ouvintes através das rádios públicas com as entrevistas sendo veiculadas na Rádio Universidade 800 AM e na UniFM 107.9 e no Portal Radiotube⁶, que é uma ferramenta online que disponibiliza as gravações 24 horas por dia na internet.

De caráter semanal, com a duração de 40 minutos, o Social em Questão utiliza de dois meios de comunicação, o rádio e a internet. O primeiro programa foi ao ar em 25 de maio de 2015, cuja temática abordada foi a “Apresentação do NUPECA” (Núcleo de

⁶ O Radiotube – A cidadania por todas as ondas é um site colaborativo feito por e para comunicadores e todos os apaixonados por rádio. Um espaço virtual para que as produções radiofônicas de todo o país possam ser disponibilizadas na rede e utilizadas pelo Brasil afora.

Pesquisa, Ensino e Extensão sobre Criança e Adolescente) também vinculado ao curso de Serviço Social da UFSM.

Elaborando uma análise coerente com o projeto ético-político da/do assistente social, levando em conta categorias como a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação, desenvolve assim, a construção de um bate-papo para que inúmeros pontos estejam interligados estabelecendo o diálogo entre as/os participantes.

É neste contexto que o Serviço Social se junta ao debate da mídia, levando o viés de uma profissão crítica, reflexiva, desempenhando um contraponto com a realidade da mídia hegemônica que é posto na atualidade. Nesse contexto, o Social em Questão desenvolve e fortalece seus programas, se inserindo como um método de defesa da democratização da informação e da comunicação social.

Prezando pela cidadania, a garantia de direitos e o acesso à informação, o Social em Questão coloca-se com um repertório infinito, entretanto, neste momento, conduzimos para um levantamento de programas gravados de abril de 2018 a abril de 2019, com ênfase na temática relacionada às políticas sociais.

No período que vai de 04 de abril de 2018 à 29 de abril de 2019, foram gravados e exibidos um total de 49 programas. Deste número, 11 foram sobre Comunicação social, 18 sobre Educação e Cultura, cinco relacionados à Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso e 15 acerca da Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Quanto a temática da Comunicação Social, dos 11 programas, alguns foram sobre: a influência da mídia na conjuntura atual; comunicação e suicídio; *fake news*; democracia e políticas públicas, dentre outras abordagens. Na área de Educação e Cultura, dos 18 programas, destacam-se: Marxismo e Serviço Social; Projeto de Extensão Leitura, Ação: - Dramatização, Serviço Social na Educação. No âmbito da Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso, alguns dos programas abordaram: Gerontologia; Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA) de Santa Maria e a Conferência dos Direitos da Criança e Adolescente. Com 15 gravações sobre Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social, algumas das abordagens foram: Saúde da População LGBT+; Setembro Amarelo; De perto ninguém é normal - CAPS Prado Veppo; Reforma da Previdência, dentre tantos outros debates estabelecidos.

Dentro desse contexto, o programa Social em Questão efetiva a articulação entre Universidade e Comunidade, mantendo um caráter interdisciplinar, cultural, político e também educativo, consolidando-se como Projeto de Extensão Universitário e cumprindo o seu papel no debate da questão social e de seus desdobramentos buscando sempre o

exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia, tendo a emissora pública como veículo dando voz a sociedade democrática.

5. Considerações finais

Levando em consideração os aspectos mencionados neste relato de experiência, compreende-se que a comunicação para o Serviço Social estabelece uma importante ferramenta de acesso aos direitos humanos e sociais. Como afirma Iamamoto (2013, p. 97), "o profissional do Serviço Social tem como instrumento básico de trabalho, o conhecimento e a linguagem". Para materialização deste instrumento de trabalho, a comunicação torna-se imprescindível e a rádio consiste numa possibilidade de ser a mediadora do espaço de participação pública e de exercício de cidadania. Neste sentido, o Social em Questão, através dos seus programas veiculados, se caracteriza como meio de comunicação comprometido com o acesso à informação sobre cidadania e se coloca como campo propício para a formação e trabalho profissional do/a assistente social, sintonizado com os novos tempos.

Referências

BARROCO,, Maria Lúcia. Terra, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Serviço Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador) – São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Constituição Federal. In: GOMES, Luiz Flávio (org). **Constituição Federal, Código penal, Código de processo Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Lei nº 8662 de 07 de junho de 1993. **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências**

CFESS-CRESS. **Política de Comunicação**. 3. ed. Brasília (DF) – 2016.

COGOY, Eliana Mourgues; SOARES, Jessica de. O Processo de aprendizagem no Serviço Social através do programa de rádio Social em Questão. In: Cristina Kologeski Fraga; Fabio Jardel Gaviraghi; Caroline Goerck. (Org.). **A formação profissional em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria: recortes da produção coletiva de conhecimento**. 1ed. Bagé/RS: Editora Faith, 2018, v. , p. 73-87.

DEUS, Sandra. A Disputa por um Projeto Político Através do Rádio. WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja; LOCATELLI, Carlos. (Orgs). In: **COMUNICAÇÃO pública e política: pesquisa e práticas**. Florianópolis, Editora Insular. 2017. p. 599-611.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **Comunicação Pública: Um Direito Humano em Conexão com o Serviço Social**. *Temporalis*, Brasília (DF), n. 36, p. 162-177, jul./dez. 2018.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. O assistente social na era das comunicações. In: Sales, M. A.; Ruiz, J. S. R..(Org.). **Mídia, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 323-343

GÖRGEN, James. **Sistema Central de Mídia: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Coletivo Intervezes**, nº 13, 2015.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: Os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1985.

SALES, Mione A. Mídia e Questão Social: o direito à informação como ética da resistência. In: RUIZ, J.& SALLES, M.(Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-82.

SOARES, Jéssica D. **Processo de Aprendizagem no Serviço Social Através do Programa de Rádio “Social em Questão”**. 2015. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

SOARES, Jéssica Degrandi. **Rádios Comunitárias: as potencialidades para a promoção da informação sobre os direitos sociais**. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.